

A CRISE DA IDENTIDADE DOCENTE NA UNIVERSIDADE: ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE MODELO INSTITUCIONAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRO

María Alexandra Clavijo Loor

Resumo

As mudanças sociais na atualidade colocam às universidades e docentes que trabalham nelas em fases de crises onde novas políticas, sejam elas nacionais ou internacionais, além de repensar sobre o papel da educação superior e seus modelos, são postas no centro do debate social e acadêmico contemporâneo. Este trabalho contém reflexões sobre a noção de crise da identidade docente e das instituições universitárias como espaço de trabalho. Em ambos os casos os contextos das dinâmicas sociais, as mudanças de modelo institucional e o encargo social à educação superior incidem ao interior das instituições e docentes, com características que ao mesmo tempo em que são heterogêneos os fazem homogêneos. Os principais referenciais teóricos para a abordagem dos conceitos centrais são Claude Dubar e Pedro Goergen, incluindo além deles, outros que ajudam a contextualizar a modernidade, a universidade e sua evolução histórica, a profissão docente na educação superior e posicionamentos respeito à identidade. O estudo é documental, apoiado em dados do Censo da Educação Superior no Brasil e dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de ferramentas teóricas da pedagogia crítica e os estudos feministas para a interpretação.

Palavras chave: Crise da identidade; Modelo institucional; Profissão docente; Universidade.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho me interessei principalmente por refletir sobre a crise da identidade docente, os contextos que chamo de emergentes ao interno das instituições universitárias e penso algumas formas de superação da crise. Também reflito sobre a docência em relação às dinâmicas dos modelos institucionais da universidade e as crises desses modelos. A centralidade do objeto de análise é entender as formas de relação das crises entre o modelo institucional e o exercício profissional. Os referenciais teóricos nos quais estão baseadas estas análises são: do sociólogo francês Claude Dubar desde os estudos das identidades sócio profissionais e a identidade em crise; e, Pedro Goerguen, acadêmico brasileiro, filósofo e educador, desde a crise da identidade da universidade. Os dados do Censo da Educação Superior (INEP) assim como dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul são incorporados à análise com a finalidade de contextualizar a crise profissional e a maneira de exemplificação, a emergência de novos públicos nas Universidades Federais após a Lei de Cotas.

Motivada pelas múltiplas emergências que nos são possíveis analisar no âmbito da educação superior proponho uma organização metodológica de interpretação documental, baseada principalmente as contribuições teóricas dos textos: “A crise das identidades: A interpretação de uma mutação” (Claude Dubar, 2009) e “A crise de identidade da universidade moderna” (Pedro Goergen, 2000); porém, outras referências também são incluídas neste trabalho com o interesse de pensar as dinâmicas da profissão docente na universidade e como elas se inserem nas mudanças institucionais, além das concepções sobre identidade. Localizo a interpretação deste trabalho desde o foco da pedagogia crítica e a perspectiva dos estudos feministas, como os lugares do meu posicionamento.

Ao longo do trabalho faço uma discussão entre o material bibliográfico de base, e as reflexões de maior destaque de dados empíricos divididas nos subtítulos compreendidas como os resultados. À maneira de conclusão indico algumas considerações finais como novos desafios e provocações no contexto de emergência que atravessa a educação superior em geral, e neste marco a universidade, e refletindo sobre as formas de superação da crise da identidade docente no espaço da universidade.

A IDENTIDADE EM CRISE: PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

A identidade compreendida como a mais íntima dimensão do sujeito, construída através da interação social, está determinada pelo contexto e pelas condições de vida individual em relação com o social, a cultura, a religião, a família, o território, entre outros aspectos próprios de cada ser humano. Não é uma qualidade estática, senão que muda constantemente segundo as situações de vida, não aparece de repente nem desaparece do mesmo jeito, se encontra em mudança e também é composta. Está definida pelo sentido ao que se outorga mais importância, como: “[...] *una determinada jerarquia, ésta no es inmutable, si no que cambia con el tempo y modifica profundamente los comportamientos.*” (Maalouf, 2012, p.24).

Partindo do pressuposto da identidade como todas as decisões e as circunstâncias que involucram o eu e o nós ao mesmo tempo, é múltipla, se transforma e se refaz, e não na concepção limitada do idêntico ou uma reprodução voluntária ou involuntária. A identidade como uma busca constante, que distingue individualmente uns com outros, mas também

unifica coletivamente¹. Na pluralidade, o sentido da raiz latina *ídem* (o mesmo, também/tampouco) ajuda na compreensão da identidade do eu e do nós em mudança e conexão interminável.

Essas múltiplas pertencas que conhecemos como identidade, enfrentam crises quando se atravessa por momentos de instabilidade, tensão, contradição entre a função estatutária e o exercício cotidiano, no caso da profissão². Ao respeito do institucional, a questão central da crise é a autonomia, a fonte para a toma de decisões nos campos: político, epistemológico e financeiro basicamente.

O sociólogo francês Claude Dubar utiliza a noção de crise num sentido múltiplo, como: “Fase difícil atravessada por um grupo ou indivíduo [...] ruptura de equilíbrio entre diversos componentes.” (Dubar, 2009. p. 20). E, como a identidade é composta por múltiplas pertencas, uma dessa a profissional, é preciso compreender a concepção de Dubar sobre a identidade profissional:

[...] As formas identitárias no sentido definido [...] (configurações Eu-Nós) e tais como podem ser referidas no campo das atividades de trabalho remuneradas [...] identidades de atores num sistema de ação [...] tipos de trajetória no decorrer da vida de trabalho [...] As identidades profissionais são maneiras socialmente reconhecidas, de os indivíduos se identificarem uns aos outros no campo do trabalho e do emprego. (Dubar, 2009. p. 117-118).

Assim, as relações de trabalho se tecem no contexto da organização social, econômica, política, cultural, desta maneira é importante analisar a docência como categoria sócio profissional e suas fases de crise dentro das mudanças de projeto social, as instituições e seus agentes. Respeito ao contexto da modernização³ é necessário considerar que: “Partindo da dinâmica do capitalismo como “destruição criadora” e “processo de racionalização”, focalizarei as evoluções do emprego e as transformações do trabalho do ponto de vista de seu sentido e das relações sociais que elas põem em jogo.” (Dubar, 2009. p. 118). Então tentando transpor a noção de crise para os efeitos da crise do capital na crise profissional, diria que os

¹ Chantal Mouffe, na proposta do “pluralismo agonístico” e nas perspectivas no mundo multipolar, reflete a importância para os valores democráticos e a coexistência humana o antagonismo, onde pode ser aprofundada e ampliada a noção de identidades coletivas. (Democracia, cidadania e a questão do pluralismo, 2003).

² Levanto esta primeira consideração exemplificada como contradição ao refletir sobre as políticas de acesso, avaliação, e plano de carreira docente e o real do cotidiano do exercício profissional.

³ Quando comecei me interessar por refletir sobre a crise me chamava à atenção desde um início compreender de que maneira é entendido o termo crise na economia, desde a perspectiva do capital. Então, entre algumas questões achei as principais: a crise estrutural do capitalismo e as crises cíclicas. Onde o fator relevante para o capital se considerar em crise é a diminuição da taxa de lucro, embora para o qual já tenhamos observado as estratégias de superação da crise ao redor do mundo através das políticas neoliberais, entre outras. A partir desta troca interdisciplinar da noção de crise refleti algumas questões que estão desenvolvidas ao longo do texto.

objetivos assinalados nas políticas do modelo transnacional de universidade, as políticas nacionais estipuladas nas leis e regimentos, e os modelos institucionais assim como os regimentos ao interior de cada instituição, não são atingidos pelo corpo docente, desde meu ponto de vista por alguns fatores que vão desde a falta de preparação até o legítimo antagonismo que se mostra em resistência à submissão de políticas homogeneizantes, e nos casos mais graves quando estas contem formas de censura ao posicionamento tanto político como epistemológico.

Por outro lado, desde a perspectiva feminista poderia acrescentar que marcar a diferença sexual é uma forma de poder, sendo o medo da indiferenciação sexual o centro das crises identitárias masculinas⁴. Nesta busca identitária, as mulheres e as próprias feministas: “[...] enfrentaram individualmente a suspeita que pesava sobre a sua feminilidade [...]” (Perrot, 2005, p. 473), pulando entre os dois papéis marcados pelo patriarcado, às vezes com liberdades de homem e as vezes com a escravidão de mulher.

A CRISE DA IDENTIDADE DOCENTE NA RELAÇÃO ENTRE O INSTITUCIONAL E O PROFISSIONAL: ALGUNS OLHARES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRO

A universidade moderna como uma instituição estratégica dentro das sociedades, se ajusta às demandas dos projetos políticos e econômicos, e se situa também na paradoxal função social⁵, dependendo das instituições e agentes concretos, as realidades são certamente muito heterogêneas. Depois da constituição das Repúblicas, o Estado e a modernidade precisaram superar o modelo de universidade medieval. Com isto, instaurar o conceito de razão como protótipo de ciência, portanto, de legitimação do fazer acadêmico e validação universal:

Se na Idade Média os crentes eram exortados para a fé numa providência que, no outro mundo, compensaria a dor e o sofrimento deste vale de lágrimas, a nova fé moderna passava a depositar confiança no poder racional do homem, capaz de resolver seus problemas, por força própria, já neste mundo. (Goergen, 2000. p. 108.).

⁴ Refiro-me neste sentido à crise da identidade de gênero, quando é posto em dúvida o modelo de masculinidade hegemônica. No caso do gênero, refiro-me aos papéis sociais que atravessam todas as esferas da vida social. Nas professoras se espera que o modelo maternal e doméstico se extrapole à escola, neste caso à universidade. No incumprimento dos modelos surge a crise.

⁵ Ou seja, quando o projeto educacional é um negócio que ao tempo que leva o nome de função social é muito lucrativo. Paradoxal no sentido da circulação da política educacional no mundo atual, a maneira de produto de exportação para uns e importação para outros.

Mesmo com modelos diferentes, a universidade moderna foi se configurando com novas identidades perante as mudanças da época e da sociedade no marco da organização dos Estados. Estes modelos que até hoje são em grande parte estabelecidos em implantação e avaliação pelo pensamento ocidental, particularmente parafraseando os modelos assinalados por Goergen: empirismo anglo-saxão sobre o racionalismo francês e idealismo alemão, que nem sempre dialogam com as culturas locais do resto de países, pior ainda as ex-colônias, no sentido da ecologia de saberes fundamentada pelo Professor Boaventura de Souza Santos⁶. Então, entre essa passagem de um modelo de universidade para outro a tensão entre os velhos e os novos focos, pressupostos, objetivos, prioridades, funções, da sociedade e a universidade em mudança surge a crise em dupla direção.

O contexto de crise institucional é entendido aqui como o modelo em questionamento, no caso da própria modernidade: “[...] a revisão crítica dos princípios modernos representa também uma desestabilização das bases modernas da universidade. Desestabilizada nos seus fundamentos, a universidade vive, de certo modo, um momento esquizofrênico da perda de identidade.” (Goergen, 2000. p. 113.). Sendo assim, os parâmetros da universidade “de qualidade”, mudam, em ocasiões como imposições externas, fora de sua auto-regulamentação, mas isto gera também uma crise de identidade institucional, como menciona Maria Elena Chauí, neste caso a universidade perderia autonomia e seria presa de heteronomia dos interesses externos.

A instituição universitária não é homogênea, nem entre elas, nem ao interior de cada uma delas. Desta maneira em ambos os casos, o pensamento universal no sentido de abranger as diferentes correntes do pensamento humano, com diferentes posicionamentos e práticas, também se encontra em constante crise, até poderia se dizer que em procura dela. Sem esquecer o potencial ideológico e político que todas as formas de pensamento têm é importante ter em conta o poder social e histórico da instituição universitária: “Não foi a troco de nada que Napoleão fechou as universidades francesas, tradicionalmente ligadas à igreja (1793-1896), criando um sistema de faculdades que pouco lembrava as universidades tradicionais [...]”. (Goergen, 2000. p. 117.).

⁶ A noção de ecologia de saberes pode ser revisada em: A gramática do tempo, para uma nova cultura política, do Professor Santos (2010). Conjunto de epistemologias diversas e contra hegemônicas. É polifônica, onde todos os saberes diferentes precisam estar presentes simultaneamente. Convido à ampliação desta noção desde o campo científico que seja partindo do questionamento: qual conhecimento conta como válido e por quê? Com mais relevância para as ciências sociais e em especial a educação.

Enquanto o espaço universitário se desloca entre as forças internas e externas dos poderes ideológicos y políticos, e até ou desde econômicos, é este o lugar de trabalho dos e das profissionais docentes. Entendida a docência universitária como categoria sócio profissional, a identidade configurada desde as funções, as regras estabelecidas nas normas, as jornadas, os salários, as oportunidades de desenvolvimento num plano de carreira, no imaginário do prestígio e valor social, em tensão com o controle, a instabilidade, a responsabilidade social das mulheres ainda profissionais com a economia do cuidado e as formas simbólicas de poder manifestas nas relações entre pares de profissionais docentes. Inclusive, as determinações que desde fora da universidade atingem o fazer docente, como pode se mencionar a situação exemplar da avaliação com fins de acreditação ou ranking.

Com tudo isto, partindo de que haverá um grupo de docentes concordando com os parâmetros históricos e as formas de identidade profissional dadas em certo momento, haverá também docentes desconformes, discordantes, para quem as principais afetações serão a perda de liberdade, vendo a liberdade de cátedra não tão livre assim, tanto as decisões metodológicas como as escolhas dos referenciais teóricos limitadas, além de diferenças enormes dentro das mesmas instituições respeito aos orçamentos, infraestruturas, condições de trabalho (salas, laboratórios, equipes, bibliotecas, infraestrutura afim com o desenvolvimento da vida acadêmica), entre muitas outras circunstâncias que cada instituição atravessa.

É impossível entender a identidade docente e as instituições onde trabalham professoras e professores sem analisar os contextos e demandas sociais. No exercício de entender a sociedade, Pedro Goergen coloca a relevância atual da sociedade globalizada e informacional; e também, essa sociedade orientada pelas leis mercadológicas, de produtividade e lucro basicamente. Não obstante, a tomada de posição faz que a universidade se identifique como reprodutora do sistema estabelecido agindo como se nada estivesse ocorrendo, no caso, Goergen chama de “papel de biruta”, usando a analogia semelhante à universidade que gira conforme ao vento, ao que o sistema externo imponha; ou, a entrada em crise de identidade, entendida como a discordância com o papel da universidade e sua função social, as suas tarefas principais e as formas como elas são colocadas, em condição de confronto e instabilidade.

Ao interior das instituições universitárias, e como lógica geral, a separação das áreas de conhecimento, ciências exatas e ciências humanas, são polarizadas com o pressuposto de

que nada tem a ver as umas com as outras. Questão também que colocada por Pedro Goergen, indica até como aceitável desde o ponto de vista científico das teses e dissertações nas universidades, mas se formos aprofundar, temos ainda muitos limites com os nexos, à compreensão dos contextos e da necessidade dos olhares interdisciplinares. Mas, a questão central neste ponto é a suposta superioridade de umas respeito às outras, a valorização social refletida na valorização institucional, até chegar à identidade sócio profissional no marco a universidade⁷.

Respeito ao profissional em crise, primeiramente se o profissional se faz na universidade, qual é o critério da universidade para ofertar cursos e programas de pós-graduação? Poderemos responder que muitos critérios, de qualificação profissional, de especialização das áreas disciplinares, de busca de melhores condições no processo de pesquisa como tem ocorrido no Brasil, mas não se pode negar a ingerência determinante do mercado de trabalho, das demandas dos empregadores e líderes de opinião para a formação dos recursos humanos da sociedade. Então se partirmos deste ponto a seleção dos cursos, segundo chamaria Dubar, mesmo sendo “seleção” não deixa de ser arbitrária. Claro que no contexto de concorrência, competitividade e rentabilidade uns cursos são mais disputados que outros, dependendo a valorização social determinada pelo lucro principalmente, isto também será motivo importante para as escolhas.

A profissão docente e suas trajetórias não escapam das dinâmicas sociais, tendo de século a século, novos desafios, novos sujeitos, novos públicos. As mulheres, por exemplo, só conseguiram aos poucos entrar nas instituições universitárias, primeiro como direito à educação em condição de estudantes e depois como docentes, mas nem em todas as áreas do conhecimento em relação a quantidade de homens presentes neste espaço de trabalho que é a universidade. Ao mencionar a entrada das mulheres na universidade, preciso também salientar a luta que precedeu o direito à educação delas, foi exatamente o direito à cidadania. Como aconteceu no exemplo de maior destaque, a Revolução Francesa⁸, onde Olympe de Gouges

⁷ De fato este é um dos aspectos que mostra a profunda heterogeneidade ao interior das universidades. Longe de ter um sentido estabilizado “do corpo docente universitário”, este é muito diverso se de áreas do conhecimento se trata. Visto que a instituição universitária é o lugar de convergência das profissões, estas já trazem da esfera social certos posicionamentos de prestígio, valor, importância, destaque como também as que não. É uma relação onde a ponte é a universidade, na verdade onde se fazem profissionais na perspectiva da vida em sociedade e as valorações que esta tenha.

⁸ Revolução burguesa liberal que ao triunfar ressaltou a Declaração dos Direitos do Homem, sem entender o jogo do masculino generalizante no uso da palavra “homem”, o uso era excludente para as mulheres mesmo, explicitamente as mulheres estavam fora da categoria de cidadãs. É tão relevante ter em conta esta questão para os nossos países na América Latina, pois a configuração dos Estados-nação, o que hoje temos como Repúblicas, em seus inícios tinham senão os mesmos, pressupostos e argumentos de exclusão muito parecidos.

teve um papel central: “Quando a constituição estava sendo debatida em 1791 [...] publicou sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã [...]” (Scott, Joan, 2002, p. 50). Então, remarco, não podemos esquecer que a luta por ser consideradas cidadãs antecedeu a luta para chegar a ser professoras universitárias, o nível que ainda se mantém como o mais prestigioso para o trabalho docente do sistema educativo no mundo.

Então, neste momento é importante revisar a atualidade da universidade brasileira através de alguns dados do corpo docente e discente para entender o funcionamento e a organização do sistema de educação superior, assim a relação institucional e profissional. As instituições de educação superior (IES) no Brasil podem ser segundo sua organização acadêmica: universidade, centro universitário, faculdade e instituto federal/cefet, organizadas de acordo a categoria administrativa que pode ser pública e privada. Os dados apresentados pelo censo da educação superior⁹ colocam: “[...] informações referentes às 2.416 IES que declararam e finalizaram o Censo 2012 [...]” (INEP, 2012). A continuação dados das instituições de educação superior no Brasil:

Instituições de Educação Superior no Brasil, 2012.

Organização administrativa	Regiões					Total	%
	Norte	Nordeste	CentroOeste	Sudeste	Sul		
Pública	28	65	19	143	49	304	12,6%
Privada	126	379	217	1030	360	2112	87,4%
Totais	154	444	236	1173	409	2416	100%

Elaborado pela autora. Fonte: Resumo técnico INEP (2012)

Como podemos apreciar nos dados da tabela anterior a rede de ensino superior está constituída, maiormente por instituições privadas o qual determina a formação superior por condição de renda. A evolução do número de instituições teve a maior acrescentada no final da década de 1990. Desde 2009 até 2012 as IES se incrementaram levemente segundo os dados apresentados a continuação:

Evolução da quantidade de IES, 2009-2012.

Ano	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2009	2314	94	84	67	2069
2010	2378	99	108	71	2100
2011	2365	103	110	71	2081
2012	2416	103	116	85	2112
Incremento 2009-2012	+102	+9	+32	+18	+43

Elaborado pela autora. Fonte: Resumo técnico INEP (2012)

⁹ Censo da educação superior 2012: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>

Ao censo da educação superior em 2012 as IES segundo a organização administrativa contavam com as seguintes porcentagens de acordo com o número de instituições: universidade 8%; centro universitário 5,8%; faculdade 84,6% e IF e Cefet 1,7%. Embora as porcentagens em relação ao número de matrícula sejam totalmente invertidas à quantidade de instituições, assim as universidades têm o 54,2% das matrículas, os centros universitários 15,4%, as faculdades 28,8% e os IF e Cefet 1,6%, este último não varia muito. Respeito às faculdades, que são as instituições que mais tem o sistema de ensino superior brasileiro: “[...] possuem hegemonia no número de IES e que se caracterizam por possuir poucos cursos. Por conseguinte, possuem também um baixo número de alunos matriculados.” (INEP, 2012).

Enquanto a população universitária trago para esta análise a população estudantil e o corpo docente. O critério que me leva a refletir sobre a população estudantil no contexto da crise da identidade docente na universidade é principalmente porque toda e todo professor universitário foi obrigatoriamente estudante universitário, então compreendendo as origens da formação é possível nos localizar para refletirmos sobre algumas questões da identidade profissional, assim mesmo é importante considerar a população estudantil como o público que constitui o trabalho docente. Começarei então pela população estudantil.

A idade de escolarização da Educação Superior é considerada entre os 18 e os 24 anos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que permite calcular três taxas principais para a análise sóciodemográfica e populacional do País. Essas taxas são: Taxa Bruta de Escolarização na Educação Superior, Taxa Líquida de Escolarização na Educação Superior e Taxa Líquida Ajustada de Escolarização na Educação Superior: “[...] em 2012, o percentual de pessoas frequentando a educação superior representa quase 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos, e em torno de 15% encontra-se na idade teoricamente adequada para cursar esse nível de ensino.” (INEP, 2012).

A taxa bruta de escolarização da educação superior se contabiliza com o percentual da população geral que está na faixa etária de 18 a 24 anos. A taxa líquida de escolarização da educação superior é o percentual de pessoas entre 18 e 24 anos que frequentam os cursos da educação superior. E, a taxa líquida ajustada de escolarização da educação superior considera o percentual de pessoas entre os 18 e 24 anos que frequentam os cursos da educação superior ou concluíram.

A taxa de escolarização da educação superior segundo o quintil de renda remete o 1º quintil aos 20% da população mais pobre, e o 5º quintil diz respeito aos 20% da população mais rica. Assim: “ [...] o quintil mais rico supera em mais de 10 vezes a taxa bruta do 1º quintil, refletindo a desigualdade de acesso à educação superior quando se considera a renda.” (INEP, 2012).

A população branca, em todas as taxas é a maior parte da população estudantil na educação superior brasileira, mas significativamente maior na taxa bruta de escolarização. Pelo qual podemos afirmar que até agora, segundo os dados, a população estudantil do sistema de educação brasileiro é composta, majormente pela população mais rica e branca, é por isto que as políticas de inclusão governamentais, estão legitimadas com esses dados, para a promoção da justiça social desde o ensino superior: “ [...] confirmando a importância das políticas públicas de inserção e de cotas que vêm sendo adotadas.” (INEP, 2012).

Agora vou passar revisar dados do corpo docente, as funções docentes¹⁰, a dizer assim o corpo docente da educação superior, se caracterizam por ter um total de 362.732 funções docentes em exercício: “Destas, 41,4% estão em IES públicas e 58,6% em IES privadas.” (INEP, 2012). Sendo importante lembrar que as instituições privadas representam o 87,4% do sistema de educação superior, são as instituições públicas as que têm maior número de matrículas e maior número de funções docentes.

A quantidade de funções docente segundo sexo, se pode observar de acordo ao grau de formação oferecido pelo INEP. Do total de funções docentes 362.732, são professoras 163.869, o qual significa em valores relativos que mulheres docentes são 45,17% e homens 54,82%.

O grau de formação das mulheres docentes da educação superior tem evoluído significativamente em comparação com os homens a diferença não é muita ao ano 2012. Na evolução do grau de formação entre os anos 2009 e 2012 as mulheres atingiram quase as mesmas porcentagens do que os homens, assim o 24% das mulheres professoras exercendo funções docentes tinha doutorado em 2009, para o 2012 conseguiram ter esse grau o 30%, observando um incremento de seis pontos. No caso dos homens professores no ano 2009 o 27% deles tinha doutorado, e para o ano 2012 conseguiram ter 32% deles onde se observa um incremento de cinco pontos, o que significa que para o ano 2012 o 32% dos homens

¹⁰ Função docente não equivale a uma pessoa, é preciso mencionar que uma pessoa pode exercer 2 ou 3 funções docentes, ou seja, trabalhar em 2 ou 3 IES ao mesmo tempo.

professores e o 30% das mulheres professoras tem grau de doutorado, segundo dados do INEP (2012).

Grau de formação: funções docentes mulheres

Grau	Sexo	2009	2010	2011	2012
doutorado	feminino	38190	42268	46578	50611
mestrado	feminino	58977	62049	65354	67175
especialização	feminino	55633	50666	49103	46083
Total		152800	154983	161035	163869

Elaborado pela autora. Fonte: Resumo técnico INEP (2012)

O grau de formação das funções docentes homens evoluiu quase nas mesmas porcentagens como o das funções docentes mulheres, observando que no caso da especialização decrescem as quantidades em ambos os sexos, a principal possibilidade nos dois casos é a exigência dos graus de mestrado ou doutorado para exercer docência no sistema de educação superior no Brasil.

Grau de formação: funções docentes homens

Grau	Sexo	2009	2010	2011	2012
doutorado	masculino	51660	55927	60435	64476
mestrado	masculino	64489	68242	71736	74043
especialização	masculino	71868	66183	64212	60344
Total		188017	190352	196383	198863

Elaborado pela autora. Fonte: Resumo técnico INEP (2012)

É importante mencionar que a maior parte de funções docentes com grau de doutorado se encontra na rede pública: “Para o ano de 2012, do total de doutores, 67,2% estão na rede pública (45,4% em instituições federais) e 32,8% estão na rede privada. Os doutores e mestres representam aproximadamente 90% do quadro de funções docentes das instituições federais [...]” (INEP, 2012).

CONTEXTOS EMERGENTES QUE COLOCAM EM CRISE À IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA E A IDENTIDADE DA PROFISSÃO DOCENTE

A emergência dos movimentos sociais no mundo, e sua incidência no campo universitário a partir da segunda metade do século XX, têm muitas significações que desde o começo do século XXI encontramos nas universidades como enormes desafios ainda não resolvidos, de alguma maneira colocados na mesa de discussão e com algumas experiências de intervenção, mas insisto, ainda não resolvidos pelo contrario conflitantes. Refiro-me à problemática da injustiça social, que vista desde a desigualdade histórica das relações sociais, tem demarcado, segundo a condição social, espaços de acesso legitimado para umas pessoas, mas não para outras. Ao ponto de fazer da universidade uma instituição elitizada desde muitos pontos de vista, começando pela condição de classe, a mais de outras pertenças como etnia, gênero, deficiência, idade, território e nacionalidade (com implicação do poder idiomático).

Desta maneira a festa do conhecimento, como um dos sentidos da universidade, tem fechado as suas portas à diversidade e aberto para um grupo seletivo. Então, aqui entram com maior força no sistema universitário desde o início do segundo milênio as ações afirmativas, principalmente para garantir a entrada dos setores mais desfavorecidos da sociedade. Com a premissa de reparar a desigualdade que ao longo da história impôs cor, sexo e muitas outras características à escravidão, e todas suas velhas e novas formas de se impor o poder hegemônico.

As ações afirmativas ou a política de cotas, segundo o país, merecem uma abordagem profunda tanto desde o ponto de vista epistemológico assim como desde as experiências práticas que já vamos tendo nas universidades, e que, desde meu ponto de vista está nos colocando em crise institucional e profissional ao mesmo tempo.

A inclusão de cotas raciais nas universidades brasileiras ainda tem detratores (nem sempre explícitos) dentro das instituições a pesar de campanhas, políticas públicas, debates públicos e outros. E a mesma coisa com a implantação da política de cotas no Equador, para dar outro exemplo da América Latina, acessando as universidades jovens dos setores mais pobres do país que “coincidentalmente” provem de grupos étnicos historicamente excluídos como são indígenas e negros; aliás, de pessoas com deficiência de diferente tipo.

No Brasil, em 2012 foi publicada, no Diário Oficial da União, a lei¹¹ que regulamenta as cotas nas universidades federais através de reserva de vagas de até 50% das oferecidas, e com prazo de obrigatoriedade de aplicação desta porcentagem a partir de 2016. Esta lei considera: estudantes de escola pública, renda familiar baixa, estudantes pretos, pardos e

¹¹ No site no Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

indígenas. Isto atinge a graduação, nos programas de pós-graduação ainda está em discussão. Para exemplificar a evolução da reserva de vagas, no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul amostramos os dados na seguinte tabela:

Evolução da aplicação da Lei de Cotas na UFRGS

2012	2013	2014	2015	2016
Aprovação da Lei 12.711/12	Ofertou 30% das vagas	Ofertou 30% das vagas	Ofertou 40% das vagas	Projeta-se a ofertar 50% das vagas

Elaborado pela autora. Fonte: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/acoes-afirmativas/a-lei-de-cotas>

Muito bem, trago esta colocação porque considero que como docentes podemos até concordar com as políticas de inclusão como um posicionamento político, mas como resposta profissional a esses contextos emergentes tão desafiadores como é a inclusão social na universidade é preciso nos perguntar: a nossa formação conceitual, metodológica, avaliativa, didática, caminha junto com às mudanças ou limitam os avanços nessas mudanças? Estas circunstâncias fazem-nos atravessar crises em algum momento? Sim! Insisto, mesmo concordando com tais mudanças. De fato a formação pedagógica já limita bastante a atuação profissional da docência, com o ideal de escola¹² com infraestrutura completa, material didático ótimo e crianças ou jovens homogêneos em condições muito similares para concorrer pelos méritos. Mas as realidades respeito à emergência da escola ou da universidade inclusiva são outras: campo e não cidade, infraestrutura precária escolar e de moradia, pobreza, fome, falta de material, prevalência de outros saberes, usos do idioma diferentes, *hexus* corporal distinto, com ou sem família ou famílias muito diferentes, em fim, nesses momentos que enfrentamos realidades que as teorias psicológicas e modelos pedagógicos tendiam a impor a o que está dentro da “norma”, generalizando e, além disso, limitando a maior parte das nossas formas de ver a educação, nos colocam em crise de novo.

¹² Sem dúvida também existe uma ideia romântica de universidade mas o mais grave é o pressuposto de padronização que essa ideia romântica nos impõe respeito aos públicos que fazem parte da universidade e que nos levam a pensar que sempre foi assim. Neste sentido o que consideramos como “a norma”, “o perfil”, “o estudante promédio” o qual nos limita para pensar em sujeitos diversos.

No marco da democratização da universidade em relação ao acesso de setores sociais historicamente discriminados, a instituição constitui-se com novos sujeitos, significando novas provocações para a educação superior. Inclusive a diversidade responde a outros aspectos como a internacionalização da universidade, como já está acontecendo nas universidades brasileiras faz alguns anos, os programas de mobilidade docente e estudantil e as bolsas de intercâmbios culturais e acadêmicos de curta duração.

A carga de trabalho, as responsabilidades todas que na educação superior temos como docentes, às vezes o que pode provocar é a perda de vista do verdadeiramente importante, a educação no sentido da formação humana. Enquanto somos docentes, pesquisadores, contribuimos com projetos de extensão ou outras atividades da instituição como orientação de dissertações e teses; mas, só com o ensino já é bastante, pois temos aulas, provas, exames, exposições, trabalhos e outros, então como lidamos com tanta coisa junta? Se bem é certo, os pressupostos de qualidade são muito diversos, nesse sentido como fazemos para dar conta da qualidade em todas as responsabilidades assumidas? Tomando em conta que a universidade em contextos emergentes supõe a superação de concepções e fazeres anteriores mudando para novas perspectivas. A formação docente, prévia, em certos casos pode atrapalhar os processos de emergência e em outros fortalecerem as mudanças, sendo essa atitude uma das estratégias para a superação da crise, me refiro ao campo da formação docente.

São muitos motivos e contextos os que provocam crises de identidade docente, enquanto para todos eles poderemos encontrar estratégias de superação, de índole individual e coletiva. O reconhecimento de atravessar por fase de crise de identidade sócio profissional já é um passo, com o qual muitas decisões podem ser tomadas como capacitações escolhidas segundo o interesse profissional de cada docente, continuação de formação acadêmica do nível de pós-graduação, mas, são as ações coletivas¹³ as que permitirão avanços mais significativos para a superação da crise profissional no âmbito da educação superior.

A tarefa continua de fortalecer os espaços coletivos de discussão docente sobre a educação em geral, os contextos nacionais, regionais e mundiais que atingem à educação, os problemas institucionais de todo ordem e as emergências assumidas como desafios coletivos, não como iniciativa nem mandato de ninguém.

¹³ Aponto aqui as formas de associação de profissionais da educação que permitem ampliar os panoramas da educação e observar que a maior parte das crises profissionais atingem a muitos, senão todos os e as docentes, em momentos e níveis diferentes, mas que é uma coisa da ordem que vai além das individualidades. Não por nos conformar com o que acontece com todos, mas para ter claras as estratégias que devem ser aplicadas para a superação destas crises desde uma coletividade de profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-me muito relevante refletir a própria identidade institucional como um exercício participativo, em conflito de interesses e posicionamentos, mas em procura do mais participativo possível. A Sua função na perspectiva de novos cenários, o repensarem radicalmente e de maneira ampla as identidades e as mudanças. Pensar a crise como o renascer, como a possibilidade de transformação ou renovação. Pedro Gouergen diz: “Em vez de submeter-se ao sistema, deve submeter o sistema ao debate”. Questionar a perda dos encargos fundamentais da universidade considerando seu papel social, o principal, a reflexão diante do ficar com o fazer.

A identidade profissional, na mudança da instituição universitária precisa se fortalecer com mais liberdade e autonomia, sem censuras de nenhum tipo, baseada na tomada de posição respeito às diversas formas de pensamento, de fato a superação da crise exige exatamente uma tomada de posição. É possível pensar em igualdade quando a profissão docente se ocupa de resolver os problemas das condições de trabalho dia por dia? É possível submeter o sistema ao debate quando para chegar a ser docente de universidade e permanecer precisamos de requisitos impostos pelo sistema que tendem a perpetuar ele? Os nossos tempos e funções são alguns indicadores para enxergarmos, enquanto os usos do poder atingido pela trajetória nos demonstra o que nas mudanças fizemos com a nossa identidade, infinitas decisões perante as circunstâncias concretas.

A superação da crise, considerada por mim como a transformação das condições para conseguir um estado superior do trabalho, e no caso, da identidade profissional exige medidas individuais e coletivas, espaços institucionais onde a participação seja efetiva e com indecência na toma de decisões para as mudanças. Os espaços de troca são indispensáveis, tanto para enfrentar com preparação os novos desafios como para identificar os aspectos que atingem as funções e atrapalham a condição profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Resumo técnico do Censo da Educação Superior (2012). Disponível em:

http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 26/04/2016.

CHAUI, M. A Universidade Pública sob nova Perspectiva. Revista Brasileira de Educação. N° 24, 2003. p. 5-15.

DUBAR, C. A Crise das Identidades: A Interpretação de uma mutação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GOERGEN, Pedro. A crise de identidade da Universidade Moderna In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; SANTOS FILHOS, José Camilo. Escola e Universidade na Pós-Modernidade. São Paulo: FAPESP, 2000, p. 101-161.

MAALOUF A. Identidades asesinas (5a. edición). Madrid: Alianza Editorial. 2012.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. Política & Sociedade, n° 3, outubro de 2003, p. 11-26.

PERROT, Michelle. As mulheres e os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005. Identidade, Igualdade e diferença: o olhar da história, p. 467-503.

SANTOS, Boaventura. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTT, Joan W. A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002. 2. Os usos da imaginação: Olympe de Gouges na Revolução Francesa, p. 49-104.